

# Executivo e Legislativo imobilizados

por José Casado  
de Brasília

Parou tudo. O Congresso não consegue avançar na revisão da Constituição. E o governo Itamar Franco não viabiliza a articulação legislativa que precisa para aprovar em programa econômico emergencial.

É consequência direta do estado de perplexidade e estupor em que mergulharam o Congresso e o governo federal com a sucessão de escândalos na CPI da Corrupção.

"Não podemos ficar parados", protesta o deputado Roberto Freire (PPS-PE), líder do governo na Câmara, acrescentando: "O governo não pode continuar dependendo, unicamente, da revisão constitucional, que ninguém sabe quando vai começar. Vai ter que agir, rápido, em caráter de emergência."

"A CPI já parou a revisão da Carta", constata o deputado José Serra, líder do PSDB, que, hoje, é o principal eixo de sustentação do governo no Legisla-



Roberto Freire

tivo. "O problema, agora, é não deixar que o País pare por causa da CPI", completa.

O governo, tanto quanto o Legislativo, ocupa o centro das investigações. "As provas e indícios já recolhidos mostram que crimes seriam impossíveis sem a cumplicidade do Executivo", indica o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI da Corrupção.

Virtualmente atado na sua ação política, o governo assiste ao agravamento diário do estado de suas contas. As projeções do Ministério da Fazenda sinalizam:

- as despesas do setor público devem subir neste ano de 12,24 para 17,40% do Produto Interno Bruto (prevê-se um recorde no aumento das despesas com pessoal, de 40%, passando de US\$ 19 bilhões para US\$ 27,7 bilhões, neste ano);

- a receita total também deve subir, mas em proporção muito menor que os gastos — de 12,24% do PIB, no ano passado, para 14,4% do PIB, neste ano.

"A saída seria a revisão da Constituição, mas como parece que ela não vai existir tão cedo o governo vai ter que agir com todos os instrumentos, inclusive medidas provisórias", adverte Roberto Freire, líder do governo na Câmara.

Sua avaliação é de que, até meados de dezembro, o governo terá de viabilizar a aprovação, no Congresso, da regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, de um aumento na contribuição do sistema financeiro sobre seus lucros e, também, de ampliação das alíquotas de "alguns impostos". Segundo Frei-

re, "isso já está decidido pelo presidente desde a semana passada".

O problema é que a vontade política do governo, sobre a revisão da Carta ou medidas emergenciais, tende a não ser suficiente. Nas sessões legislativas das últimas 48 horas, por exemplo, a média de parlamentares presentes foi de trezentos, o suficiente para qualquer tipo de votação. Mas não se conseguiu produzir nenhuma expressiva.

(Continua na página 5)

Os líderes dos partidos favoráveis à realização da revisão constitucional estão mobilizando suas bancadas para garantir na próxima terça-feira a votação do regimento interno. "Se os trabalhos não forem retomados, dificilmente nos restará outra alternativa senão repensar a revisão constitucional", alertou o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

0 5 NOV 1993  
GAZETA MERCANTIL  
Banco BMC S.A.

Página 5

GOVERNO

## Executivo e legislativo...

por José Casado  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

Os presidentes da Câmara, Inocêncio de Oliveira, e do Senado, Humberto Lucena, fizeram uma reunião, ontem. Em tese, seria uma oportunidade para decisões que acelerem a votação do regimento de revisão constitucional, em discussão há mais de 20 dias.

Sem clima para isso, dedicaram-se ao exame de autorização para uso dos jardins do Congresso, por órgãos federais, que planejam eventos culturais e esportivos para o verão brasileiro.

"Estamos virando turistas aqui dentro", queixava-se, pelos corredores, o deputado José Aníbal (PSDB-SP), relator de 21 dos 30 projetos que atualmente ocupam a pauta da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Ele acabara de sair de um almoço da bancada do PSDB: "O consenso é de que não está dando para votar nada, embora a maioria esteja aqui e não seja da CPI".

Esse clima é mais bem percebido na bancada do PMDB, o maior partido e, também, o recordista em parlamentares sob investigação na CPI da Corrupção. "Vamos decidir tudo na semana que vem", anunciava o deputado Luiz Henrique, presidente do partido.

O "tudo" dele é a extensa lista de pendências sobre o que o PMDB pode vir a fazer, a partir da próxima semana. Exemplos: se suspende ou não a revisão constitucional; se mantém ou não seu líder na Câmara, deputado Genebaldo Correia, um dos mais citados nas acusações de corrupção.

O cenário adiante não é dos melhores para projeções sobre outros temas que não o de investigações de denúncias de corrupção. "Depois dessa, será inevitável a constituição de uma CPI das empreiteiras", observa o senador Jarbas Passarinho, presidente da atual CPI da Corrupção.

"Não dá para pensar no futuro sem uma ampla 'limpeza' e temos aí uma grande oportunidade para

isso, especialmente para o governo comandar esse processo", acha o senador Pedro Simon, líder do governo no Senado.

Simon pressionou e acabou levando o presidente Itamar Franco à sua principal iniciativa nos últimos dias: na agenda presidencial está marcada para hoje à tarde uma reunião, no Palácio do Planalto, com os presidentes da Câmara, Senado, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e o procurador geral da República. O tema: corrupção.

A proposta é a criação de um organismo especial, reunindo os três Poderes, para realizar nos próximos meses o equivalente brasileiro da "Operação Mãos Limpas" da Itália, um processo de depuração institucional ainda incompleto.

O objetivo é atraente, sob todos os aspectos. Mas há dificuldades reais. "Falta lei que estrutura o sistema de controle e auditoria na administração pública", repete Carlos Átila, presidente do Tribunal de Contas da União.

O exemplo italiano pode ser inspirador, acha Octávio Galotti, presidente do Supremo Tribunal Federal. Mas a execução de projeto semelhante no Brasil exigiria mudanças na Constituição — como, por exemplo, a criação de juízos de instrução.

Entre os obstáculos, há também uma divergência de enfoque sobre qual deve ser a ação do governo nesta etapa.

"Essa ideia de Simon é ótima, mas não é viável agora", comenta Roberto Freire, líder governista na Câmara. "Se já estamos com dificuldades para reunir Câmara e Senado para votar coisas urgentes para o governo, imagine reunir os três Poderes", acrescenta.

A única certeza é de que, hoje como ontem e como todos os dias desde a instalação da CPI da Corrupção, o Executivo e o Legislativo continuarão dominados pelo estupor e perplexidade com o volume crescente de denúncias e a ampliação diária da lista de envolvidos.